

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO – TJMA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO – ANALISTA DE SISTEMAS – BANCO DE DADOS

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Orfeu no Judiciário moderno: eficiência, ética e humanidade na era da Inteligência Artificial

Orfeu, filho da musa Calíope e do rei Eagro da Trácia, é uma das figuras mais cativantes da mitologia grega. Dotado de um talento musical inigualável, sua lira tinha o poder de comover não apenas os seres humanos e os animais, mas também os objetos inanimados e as divindades. A história mais conhecida de Orfeu é a de seu amor incondicional por Eurídice. Após a morte prematura de sua amada, Orfeu desceu ao Hades, o reino dos mortos, com a esperança de trazê-la de volta ao mundo dos vivos. Encantando o próprio Hades e Perséfone com sua música, ele recebeu permissão para levar Eurídice de volta, sob a condição de que não olhasse para ela até que alcançassem a luz do dia. Infelizmente, tomado pela dúvida, Orfeu olhou para trás momentos antes de saírem da escuridão, perdendo Eurídice para sempre.

Esta história, rica em simbolismo e emoção, nos fala de amor, perda e as consequências de nossas ações, temas eternos que ressoam até hoje. Ao explorar a adaptação deste mito para discutir os riscos e potenciais da inteligência artificial no judiciário, invocamos a mesma profundidade de sensibilidade humana e ética que define a jornada de Orfeu. O mito, longe de ser uma mera alegoria, nos instiga a refletir sobre o equilíbrio necessário entre os avanços tecnológicos e a essência imutável da condição humana, especialmente no que diz respeito à justiça e à moralidade.

A Inteligência Artificial (IA) emergiu como um farol de inovação no horizonte tecnológico, prometendo transformações profundas em diversos setores, inclusive no judiciário. Esta promessa abrange desde a otimização dos processos judiciais até a tomada de decisões mais ágeis e fundamentadas. Contudo, sua adoção traz consigo um conjunto de reflexões éticas e desafios regulatórios significativos.

No núcleo dessa transformação, a IA oferece ao judiciário a possibilidade de processar volumes massivos de dados com uma precisão e velocidade inatingíveis pelo esforço humano isolado. Exemplos práticos disso incluem a triagem automática de processos, análise de precedentes judiciais, e até mesmo na previsão de resultados judiciais com base em dados históricos. Essas aplicações não apenas economizam tempo valioso mas também promovem uma uniformidade nas decisões judiciais, potencializando a justiça e a previsibilidade legal.

Um exemplo emblemático dessa maximização de resultados é o uso de sistemas de IA para a análise preditiva em cortes dos Estados Unidos e da Europa, onde a tecnologia tem sido empregada para avaliar a probabilidade de reincidência criminal, auxiliando na determinação de sentenças e medidas cautelares. Da mesma forma, a digitalização e a análise de grandes conjuntos de dados judiciais permitem identificar padrões e tendências, facilitando a gestão de recursos e a priorização de casos.

Entretanto, o entusiasmo pela eficiência não deve obscurecer os riscos inerentes à implementação da IA no sistema judiciário. Questões cruciais incluem o risco de viés algorítmico, onde preconceitos existentes nos dados de treinamento podem levar a decisões judiciais discriminatórias, reforçando desigualdades. Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e *accountability*, fundamentais em um estado de direito.

Para navegar neste cenário complexo, é essencial que o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de IA no judiciário sejam guiados por princípios éticos robustos e regulamentações claras. A IA deve ser desenhada de maneira antropocêntrica, assegurando que suas decisões sejam explicáveis, justas, e que possam ser revisadas por humanos. Além disso, é imperativo garantir a proteção de dados e a privacidade dos indivíduos, salvaguardando os direitos e liberdades fundamentais.

Em síntese, a inteligência artificial detém o potencial de revolucionar o judiciário, promovendo eficiência e justiça. No entanto, para que sua implementação seja bem-sucedida e eticamente responsável, é crucial uma abordagem cuidadosa, que equilibre inovação com respeito aos princípios democráticos e direitos humanos. A era da IA no judiciário não é uma questão de se, mas de como, requerendo uma reflexão contínua e uma adaptação regulatória proativa.

Na fronteira entre a revolução digital e a tradição jurídica, emerge uma questão fundamental: qual é o lugar da sensibilidade e da flexibilidade humanas na tomada de decisões judiciais? À medida que o judiciário começa a se aventurar pelo território da Inteligência Artificial (IA), a importância da capacidade humana de julgar se torna ainda mais pronunciada. Os dados podem oferecer *insights* valiosos, mas a justiça transcende a mera análise de informações.

O coração da justiça pulsa ao ritmo da compreensão humana, algo que nenhum algoritmo pode replicar. A capacidade de um juiz de perceber nuances, de se engajar em uma compreensão empática das circunstâncias de cada caso, e de aplicar a lei com um senso de equidade é insubstituível. Os dados, por mais abrangentes que sejam, permanecem frios e distantes da realidade humana complexa que cada processo judicial representa.

A verdadeira sabedoria judicial reside na habilidade de balancear a objetividade dos dados com a subjetividade da experiência humana. Os juízes são chamados a não se deixarem influenciar cegamente por previsões algorítmicas, mas sim a considerá-las como uma das muitas ferramentas à sua disposição. A intuição, a empatia e o discernimento humano devem guiar a interpretação dos dados, assegurando que as decisões judiciais reflitam a justiça em sua forma mais pura.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Conforme avançamos na era das máquinas, a necessidade de aprimorar nossas capacidades humanas se torna ainda mais evidente. Devemos cultivar e valorizar a capacidade de julgar com humanidade, reconhecendo que, em um mundo cada vez mais dominado pela tecnologia, a essência do ser humano é o que nos distingue. O desafio que se apresenta não é simplesmente o de integrar a IA no sistema judicial, mas sim o de fazê-lo de maneira que amplifique, e não substitua, a sensibilidade e a flexibilidade humanas.

Em suma, na confluência entre o progresso tecnológico e a prática jurídica, a humanidade deve permanecer no centro. Enquanto abraçamos as ferramentas que a IA nos oferece, devemos também aprofundar nosso compromisso com as qualidades que nos tornam humanos. No judiciário, isso significa honrar a complexidade da experiência humana, assegurando que a tecnologia sirva como um complemento à, e não um substituto para, a sabedoria e a sensibilidade humanas.

A adaptação do mito de Orfeu para discutir os riscos do mau uso da IA no judiciário pode se tornar uma narrativa poderosa, simbolizando a busca por justiça através da tecnologia, mas também os perigos de confiar cegamente nela.

No conto adaptado, Orfeu, um juiz renomado conhecido por sua sabedoria e justiça, enfrenta o desafio de seu tempo: a implementação da Inteligência Artificial no judiciário. Encantado com a promessa de eficiência e precisão sem precedentes, Orfeu torna-se um defensor fervoroso da IA acreditando que ela pode eliminar os erros humanos e trazer uma era de decisões judiciais infalíveis.

A IA, nesse contexto, é como a lira mágica de Orfeu, uma ferramenta de poder incomparável, capaz de “encantar” e influenciar todos que a ouvem – neste caso, produzindo resultados judiciais que são tecnicamente perfeitos. Porém, assim como na história original, há uma condição: Orfeu não deve “olhar para trás”, ou seja, não deve duvidar da infalibilidade da IA ou questionar profundamente suas decisões.

No clímax da história, Orfeu se depara com um caso complexo, em que a justiça técnica sugerida pela IA entra em conflito com sua intuição e compreensão humanas. Movido pela memória de sua antiga confiança na sabedoria humana, Orfeu decide “olhar para trás”. Ele questiona a decisão da IA, investigando mais profundamente e descobrindo que a solução sugerida pelo algoritmo falha em capturar a complexidade humana e a justiça verdadeira.

Essa revelação leva Orfeu a uma profunda reflexão sobre os riscos de depender inteiramente da IA no judiciário. Ele reconhece que, apesar de suas promessas, a tecnologia não pode substituir o discernimento humano, especialmente em questões de justiça, onde nuances e contextos importam tanto quanto fatos e leis.

A história termina com Orfeu defendendo um equilíbrio entre a tecnologia e a sabedoria humana. Ele advoga por um sistema judiciário onde a IA é usada como uma ferramenta para auxiliar, mas não para substituir o julgamento humano, destacando a importância da empatia, da ética e da compreensão profunda da condição humana na busca pela verdadeira justiça.

Assim, a adaptação moderna do conto de Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível e deve sempre guiar o uso da tecnologia.

Na jornada para integrar a Inteligência Artificial (IA) no judiciário, encontramos um paralelo profundo com o mito de Orfeu, especialmente na narrativa de sua morte às mãos das ménades. Este desfecho simboliza o eterno conflito entre o racional e o irracional, a ordem e o caos, refletindo a dualidade da condição humana que se manifesta no coração da justiça. Assim como Orfeu, que buscava harmonizar o mundo com sua música, nós buscamos na IA uma forma de trazer ordem e eficiência ao judiciário. No entanto, a história nos lembra da importância de equilibrar nossa fé na tecnologia com o reconhecimento de nossas próprias limitações e da complexidade inerente às questões de justiça.

O desfecho de Orfeu nos adverte sobre os perigos de uma dependência excessiva em sistemas que podem, inadvertidamente, encorajar o irracional ou o injusto, por meio de vieses e erros não intencionais. A busca por eficiência não pode nos cegar para a necessidade de manter a sensibilidade humana e a compreensão ética no coração do processo judicial. Deve haver um espaço para o questionamento, para a compaixão e para o discernimento que só a mente e o coração humanos podem oferecer.

Concluimos, portanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, mas não é um substituto para a sabedoria humana. Devemos aprender com o mito de Orfeu e buscar um equilíbrio, garantindo que a tecnologia nos sirva, em vez de nos dominar. Isso significa abraçar a IA como um complemento à justiça humana, não como seu substituto, e garantir que os sistemas de IA sejam desenvolvidos e utilizados com uma consciência profunda de suas limitações e impactos potenciais. Somente assim poderemos evitar o destino de Orfeu e caminhar em direção a um futuro onde a tecnologia e a humanidade coexistam em harmonia, promovendo uma justiça verdadeiramente justa e equitativa.

(Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos. Em: maio de 2024.)

Questão 01

Pela leitura do texto, é correto afirmar que o autor:

- A) Considera ilegítimo o uso da inteligência artificial no auxílio de questões jurídicas.
- B) Promove o uso da inteligência artificial no meio jurídico inerente à percepção humana.
- C) Julga a inteligência artificial como aliada às decisões humanas; contudo, está sujeita a cometer erros propositais.
- D) Reconhece a eficiência da tecnologia a partir da inteligência artificial; no entanto, a sabedoria do ser humano deve prevalecer.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 02

Compreender os significados das palavras em determinados contextos é fundamental para o entendimento da mensagem. Assim, assinale a alternativa cuja palavra sublinhada apresenta o significado correto conforme o contexto empregado.

- A) “Em suma, na confluência entre o progresso tecnológico e a prática jurídica, a humanidade deve permanecer no centro.” (13º§) – divergência
- B) “Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e accountability, fundamentais em um estado de direito.” (6º§) – transparência
- C) “Um exemplo emblemático dessa maximização de resultados é o uso de sistemas de IA para a análise preditiva em cortes dos Estados Unidos e da Europa, [...]” (5º§) – improvável
- D) “[...] é essencial que o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de IA no judiciário sejam guiados por princípios éticos robustos e regulamentações claras.” (7º§) – consistentes

Questão 03

A coesão textual é responsável pela conexão entre as palavras de um texto. Um dos tipos de coesão é a sequencial que tem o intuito de articular as ideias expostas pelo autor. Assinale a alternativa cujo elemento coesivo sublinhado introduz uma informação que se OPÕE à anterior.

- A) “Essas aplicações não apenas economizam tempo valioso mas também promovem uma uniformidade nas decisões judiciais, potencializando a justiça e a previsibilidade legal.” (4º§)
- B) “Esta promessa abrange desde a otimização dos processos judiciais até a tomada de decisões mais ágeis e fundamentadas. Contudo, sua adoção traz consigo um conjunto de reflexões éticas e desafios regulatórios significativos.” (3º§)
- C) “Assim, a adaptação moderna do conto de Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível e deve sempre guiar o uso da tecnologia.” (21º§)
- D) “Questões cruciais incluem o risco de viés algorítmico, onde preconceitos existentes nos dados de treinamento podem levar a decisões judiciais discriminatórias, reforçando desigualdades. Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e accountability, fundamentais em um estado de direito.” (6º§)

Questão 04

Tendo como base as regras quanto ao uso da vírgula, assinale a alternativa em que esse sinal de pontuação é facultativo.

- A) “No judiciário, isso significa honrar a complexidade da experiência humana [...]” (13º§)
- B) “Orfeu, filho da musa Calíope e do rei Eagro da Trácia, é uma das figuras mais cativantes da mitologia grega.” (1º§)
- C) “Entretanto, o entusiasmo pela eficiência não deve obscurecer os riscos inerentes à implementação da IA no sistema judiciário.” (6º§)
- D) “Ao explorar a adaptação deste mito para discutir os riscos e potenciais da inteligência artificial no judiciário, invocamos a mesma profundidade de sensibilidade humana e ética que define a jornada de Orfeu.” (2º§)

Questão 05

“Este desfecho simboliza o eterno conflito entre o racional e o irracional, a ordem e o caos, refletindo a dualidade da condição humana que se manifesta no coração da justiça. Assim como Orfeu, que buscava harmonizar o mundo com sua música, nós buscamos na IA uma forma de trazer ordem e eficiência ao judiciário.” (22º§) Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das orações sublinhadas.

- A) Oração subordinada adjetiva restritiva e oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) Oração subordinada substantiva subjetiva e oração subordinada substantiva predicativa.
- C) Oração subordinada substantiva objetiva direta e oração subordinada adjetiva explicativa.
- D) Oração subordinada substantiva subjetiva e oração subordinada substantiva completiva nominal.

Questão 06

O acento grave indicativo de crase está corretamente empregado em “[...] a essência imutável da condição humana, especialmente no que diz respeito à justiça e à moralidade.” (2º§). Assinale a alternativa em que o uso do acento grave indicador de crase está INCORRETO.

- A) A audiência ocorrerá às dezoito horas.
- B) O escritório fica à direita da praça principal.
- C) O advogado dirigiu-se calmamente ao público e começou a falar.
- D) O juiz referiu-se àqueles que precisam ser instruídos quanto ao uso das novas tecnologias.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 07

Em relação aos verbos, os pronomes sublinhados a seguir estão enclíticos. Assinale a alternativa em que a justificativa para o uso da ênclise se DIFERE das demais.

- A) “Após a morte prematura de sua amada, Orfeu desceu ao Hades, o reino dos mortos, com a esperança de trazê-la de volta ao mundo dos vivos.” (1º§)
- B) “[...] Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível [...]” (20º§)
- C) “Os juízes são chamados a não se deixarem influenciar cegamente por previsões algorítmicas, mas sim a considerá-las como uma das muitas ferramentas à sua disposição.” (11º§)
- D) “O desafio que se apresenta não é simplesmente o de integrar a IA no sistema judicial, mas sim o de fazê-lo de maneira que amplifique, e não substitua, a sensibilidade e a flexibilidade humanas.” (12º§)

Questão 08

“Concluimos, portanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, mas não é um substituto para a sabedoria humana.” (24º§) A reescrita do trecho anterior mantém o mesmo sentido em:

- A) “Concluimos, no entanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, por isso não é um substituto para a sabedoria humana.”
- B) “Concluimos, com isso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, logo não é um substituto para a sabedoria humana.”
- C) “Concluimos, além disso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, embora não é um substituto para a sabedoria humana.”
- D) “Concluimos, diante disso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, todavia, não é um substituto para a sabedoria humana.”

Questão 09

Observe a concordância nominal no trecho sublinhado em: “Na fronteira entre a revolução digital e a tradição jurídica, emerge uma questão fundamental: qual é o lugar da sensibilidade e da flexibilidade humanas na tomada de decisões judiciais?” (9º§) Assinale a alternativa cuja concordância nominal está correta.

- A) O gosto do homem era peculiar: apreciava filme e pintura italiano.
- B) Presenciamos desespero e angústia satisfatório durante o depoimento.
- C) As jovens preferem blusas rosas enquanto as senhoras gostam das neutras.
- D) Sensatez é necessário em relação ao uso da inteligência artificial nas questões jurídicas.

Questão 10

Sobre a flexão do verbo sublinhado em “Somente assim poderemos evitar o destino de Orfeu e caminhar em direção a um futuro onde a tecnologia e a humanidade coexistam em harmonia, promovendo uma justiça verdadeiramente justa e equitativa.” (24º§), assinale a alternativa correta.

- A) Presente do indicativo, pois expressa fato certo.
- B) Futuro do presente e indica uma ação que ainda acontecerá.
- C) Presente do subjuntivo e indica uma ação possível de acontecer.
- D) Futuro do subjuntivo, visto que indica uma ação que depende de outra para acontecer.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 11

O conflito é caracterizado pelo uso do poder em situações de confronto, emergindo de disputas entre interesses contraditórios em choque. Ademais, o conflito é entendido como um processo contínuo, que demanda tempo para se desenvolver, não se restringindo a um evento pontual que ocorre e desaparece instantaneamente. A gestão do conflito, por sua vez, envolve a administração das divergências e possui diferentes estilos e técnicas.

(CHIAVENATO, I. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. 4 ed. São Paulo: Altas, 2022.)

Com base nos estilos de gestão de conflitos, considere o trecho a seguir: “O estilo de _____ é apropriado quando os objetivos de ambos os lados são igualmente importantes, os componentes têm igual poder e ambos os lados querem reduzir as diferenças, ou quando as pessoas precisam chegar a alguma solução temporária sem pressão de tempo.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) abstenção
- B) competição
- C) transigência
- D) acomodação

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 12

O federalismo brasileiro é cooperativo, visto que a divisão de competências não é rígida, havendo competências comuns e concorrentes entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(PALUDO, A. *Administração pública*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.)

Considerando as competências de cada um dos entes da federação presentes na Constituição Federal de 1988, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Compete aos Municípios planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente secas e inundações.
- () É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- () Compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- () Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; e a proteção à infância e à juventude.
- () É competência dos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

A sequência correta está em

- A) V, V, F, V, F.
- B) V, F, V, F, V.
- C) F, V, F, V, V.
- D) F, F, V, F, F.

Questão 13

A gestão de projetos vem ganhando notoriedade ao longo dos anos, principalmente no setor público. O Guia PMBOK tem como objetivo formalizar diversos conceitos em gerenciamento de projetos e busca apresentar um conjunto de conhecimentos amplamente reconhecidos como boa prática, aplicáveis à maioria dos projetos na maior parte do tempo. Dentre os conhecimentos abordados, um dos principais elementos ao conduzir um projeto é o Termo de Abertura do Projeto, que tem como uma de suas entradas a Especificação do Trabalho do Projeto (ETP). Com base nos elementos que a ETP deve informar, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Descrição do escopo do produto, que documenta as características do produto, serviço ou resultados que o projeto deverá criar.
- B) Plano estratégico, que documenta a visão estratégica, as metas e os objetivos da organização e podem conter uma especificação de missão de alto nível.
- C) Plano de gerenciamento de riscos, que descreve como as atividades de gerenciamento dos riscos serão estruturadas e executadas para minimizar problemas na condução do projeto.
- D) Necessidade de negócios, que pode ser baseada numa demanda de mercado, avanço tecnológico, requisito legal, uma regulamentação governamental, ou uma consideração ambiental.

Questão 14

A comunicação é um processo de transmissão de informações de uma pessoa para outra; de um grupo para outro; de um órgão para outro etc. Para que haja eficiência na comunicação é fundamental que o destinatário da informação a receba e seja capaz de compreendê-la.

(PALUDO, A. *Administração pública*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.)

Sobre a comunicação pública e governamental, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A comunicação pública compreende a comunicação praticada pelos entes públicos, através de canais oficiais e portais governamentais, envolvendo apenas o governo e seus órgãos, na garantia do interesse público.
- () No aspecto social, a comunicação pública busca aproximar setores diferentes da sociedade, conscientizar e educar a população sobre seus direitos e deveres, e sobre a importância de sua participação no meio público.
- () A gestão da comunicação governamental deve contemplar e priorizar tanto as informações de qualidade quanto a facilidade de acesso a essas informações.
- () A comunicação governamental é mais ampla do que a comunicação pública, envolvendo também a comunicação com entidades paraestatais e não governamentais, e a sociedade em geral.

A sequência correta está em

- A) V, V, F, V.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, V, V.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 15

Antonela foi nomeada como servidora pública no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Em seu primeiro dia, durante o processo de socialização, seu superior recomendou que ela se familiarizasse com os princípios éticos e normas de conduta gerais aplicáveis aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Tendo em vista os elementos normativos relacionados aos princípios éticos e de conduta, assinale a afirmativa correta.

- A) O servidor poderá participar de atos que se contraponham ao interesse do Poder Judiciário, desde que não causem dano ou prejuízo financeiro ou moral à Instituição, garantindo o princípio da livre iniciativa.
- B) Recursos, bens patrimoniais, espaço e imagem do Poder Judiciário poderão, nos casos de garantia do interesse público e dos princípios da legalidade e eficiência, ser usados para atender a interesses sindicais.
- C) As pessoas devem ser informadas sobre a coleta e o processamento de seus dados pessoais para o desempenho das atividades institucionais, permitindo-lhes tomar decisões informadas e exercer seus direitos.
- D) É direito do servidor obter das unidades administrativas e judiciais informações precisas e corretas, até mesmo informações amparadas pelo sigilo, nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, para o exercício regular de sua função.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Questão 16

A Balaiada foi um movimento que se estendeu por quase toda a província do Piauí, tanto no que se refere aos balaios quanto às forças da repressão, envolvendo quase a totalidade de seus municípios [...]. Os conflitos de terra primeiro ocorreram entre a população nativa e os sesmeiros, depois entre posseiros e sesmeiros. Em 1697 existiam mais de 100 fazendas de gado no Piauí e em 1762 elas superavam a 500, espalhadas por toda a capitania, margeando os principais rios e interior das matas, ocupados pelos rebeldes balaios, ou seja, vaqueiros, artesãos, lavradores, pequenos fazendeiros, escravos, índios, mestiços e caboclos. Os setores populares participaram da Balaiada no Piauí e se uniram aos balaios do Maranhão.

(Balaiada: a guerrilha sertaneja. DIAS, Claudete Maria Miranda. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, V.3, nº 2, p. 73-88, nov/1995 a jun/1996.)

Embora não propusesse mudanças estruturais da sociedade, o movimento da Balaiada ocorreu no Maranhão e no Piauí. Sobre esse movimento, assinale a afirmativa correta.

- A) As condições de vida da população piauiense eram melhores, enquanto no Maranhão, o estopim do movimento era a fome generalizada.
- B) Apesar das reivindicações serem idênticas, tanto no Piauí quanto no Maranhão só os maranhenses vieram a sofrer algum tipo de repressão.
- C) Embora a área geográfica das províncias tivesse as mesmas características, no caso do Piauí, pela ausência de rios, a insatisfação eram as secas.
- D) No movimento no Piauí a ditadura do Barão da Parnaíba era uma das principais causas, enquanto no Maranhão era o fato de os presidentes serem substituídos à revelia.

Questão 17

Possuidor de uma das menores rendas fiscais do país, faltava ao Maranhão um produto para o qual o setor econômico voltasse os olhos, como o algodão que outrora dera considerável impulso na economia maranhense. [...] basta lembrar aqui que aquela, nossa capital, que fora das primeiras cidades, em todo o país, a servir-se de iluminação a gás e de transporte urbano a tração animal, seria das últimas, dentre as nossas metrópoles estaduais e cidades maiores, a poder substituir esses serviços de utilidade pública, quando caíram em desuso, pelos de iluminação e tração elétricas.

(MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 2 ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.)

A modernização no Maranhão a partir do contexto anteriormente citado tem como sua mola propulsora:

- A) A cultura do café, que chegou a disputar com pequena margem de diferença, com a produção do oeste paulista.
- B) A revitalização das plantações de drogas do sertão, durante todo o tempo, o sustentáculo da economia do estado.
- C) O plantio e o beneficiamento da seringueira, aproveitando o surto industrial de substituição das importações pelo qual passava o país.
- D) Instalação de fábricas, sobretudo têxteis ou de fiação que chamaram a atenção da população do interior do estado para a capital (São Luís).

Questão 18

Na segunda metade do século XX, a economia maranhense mantinha suas características de inserção periférica na ordem capitalista vigente. Um dos principais motivos foi a estrutura fundiária, que era voltada para o estabelecimento de grandes latifúndios, típicos do processo oligárquico sedimentado no Maranhão. Neste contexto, estava a estrutura produtiva baseada na pequena lavoura desenvolvida por posseiros, através de culturas de subsistência, especialmente arroz, feijão, mandioca e milho. O babaçu também era uma atividade importante, sendo hoje considerado a terceira maior força produtiva do Maranhão, atrás da pecuária e da agricultura. Especificamente sobre o babaçu, assinale a afirmativa correta.

- A) Tinha sua produção e comercialização baseada, principalmente, na coleta e na quebra do coco de forma artesanal.
- B) Distribuía toda a sua produção para o autoconsumo, pois o uso desse produto não era conhecido nos demais lugares.
- C) Passou por intensa modernização no manejo de suas plantas produtoras de óleo de babaçu, impulsionada pelo financiamento estrangeiro.
- D) Foi desprezado pelo empresariado na época, que não soube aproveitar uma situação que lhe era favorável, e perdeu a vez para as grandes multinacionais.

Questão 19

Observe a representação a seguir de uma importante bacia hidrográfica maranhense:



(Disponível em: <https://www.nugeo.uema.br>. Acesso em: 10/05/2024.)

A respeito dessa importante bacia hidrográfica maranhense, é INCORRETO afirmar que:

- A) Esta bacia ocupa uma região de clima subúmido, com índices pluviométricos anuais que oscilam entre 1.400 a 1.650 mm.
- B) No seu baixo curso, são desenvolvidas atividades geoturísticas geradoras de emprego e renda para as populações locais.
- C) Na bacia são encontrados cultivos de mandioca, coco e caju; recentemente, observa-se a expansão da monocultura de soja.
- D) Esta bacia caracteriza-se pela forte presença de *inselbergs* e importantes cachoeiras, utilizadas para geração de hidreletricidade.

Questão 20

A expansão da cultura do eucalipto no Maranhão, especificamente na porção Amazônica, resulta de processos iniciados nos anos 1980 e representa um padrão de reprodução de capital fincado na economia de fronteira.

(OLIVEIRA; PAZ; PEREIRA, 2021, p. 219.)

A respeito da expansão a silvicultura no estado do Maranhão, é correto afirmar que:

- A) O eucalipto é uma espécie vegetal brasileira característica de áreas com clima quente e úmido, o que justifica o incentivo à sua rápida expansão na porção ocidental do estado do Maranhão.
- B) A queda da produção de ferro-gusa no Maranhão, a partir de meados da década de 2010, gerou uma redução expressiva da área plantada de eucalipto, especialmente na microrregião de Imperatriz.
- C) A partir da segunda metade do século XX, no Maranhão, a expansão da produção de *commodities*, em especial soja e eucalipto, se deu devido à migração de trabalhadores e camponeses sem terra.
- D) O carvão vegetal derivado do eucalipto é a principal fonte de energia para produção de ferro-gusa pelo setor minero-metalúrgico que se instalou nas cidades de São Luís, Açailândia e Pindaré-Mirim.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 21

Nos termos da Lei Complementar nº 14/1991, a qual dispõe sobre o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, pode-se afirmar que:

- A) As Comarcas, divididas em três entrâncias: inicial, intermediária e final, serão classificadas pelo Tribunal de Justiça, por maioria simples de seus membros.
- B) Na Comarca da Ilha de São Luís haverá uma Vara Agrária, com competência em todo o Estado, para dirimir conflitos fundiários que envolvam litígios coletivos.
- C) Nos casos de falta ou impedimento dos titulares da Comarca, sua competência será prorrogada, quanto a todos os feitos, ao juiz de direito designado pelo Presidente do Tribunal Justiça.
- D) A Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados será composta de dois magistrados de entrância final, os quais decidirão e assinarão, em conjunto, todos os atos judiciais decisórios de competência da unidade, inadmitida referência a voto divergente.

Questão 22

De acordo com o Estatuto do Servidor Público Estadual, Lei nº 6.107/1994, em relação às disposições sobre as hipóteses de afastamento e de concessão de licença remunerada, é correto afirmar que:

- A) Poderá ser autorizado o afastamento, de até duas horas diárias, à servidora mãe de excepcional, desde que devidamente comprovada esta condição.
- B) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção serão concedidos cento e cinquenta dias de licença remunerada, a partir da adoção ou concessão da guarda, independentemente da idade da criança.
- C) Considera-se como de efetivo exercício o afastamento em virtude de licença concedida para participação em competição desportiva nacional ou internacional ou convocação para integrar representação desportiva estadual ou nacional, conforme disposto em regulamento.
- D) Poderá ser autorizado o afastamento de até uma hora diária ao servidor que frequente curso regular de 1º e 2º graus ou de ensino superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão ou entidade, sem prejuízo do exercício do cargo.

Questão 23

A Lei nº 12.193/2023 dispõe sobre as custas judiciais incidentes sobre os serviços públicos de natureza forense. Com base nas disposições dessa Lei, e no que diz respeito às custas finais, assinale a afirmativa correta.

- A) Nos feitos que tramitaram com isenção, para efeito de custas finais, serão computadas as custas processuais, taxa judiciária, distribuição e uma diligência de oficial de justiça.
- B) Existindo custas processuais finais a recolher, de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00, o secretário judicial lançará os dados da dívida em sistema informatizado do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), providenciando a baixa e o arquivamento do processo.
- C) A leitura dos documentos será considerada automaticamente realizada se decorridos cinco dias sem a efetiva leitura, contados da data do envio do documento, não sendo possível alegar desconhecimento do conteúdo da comunicação enviada.
- D) Frustrada a cobrança administrativa, o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) encaminhará a Certidão de Débito, com todos os requisitos exigidos pela legislação tributária à Secretaria de Estado da Fazenda para a devida inscrição na dívida ativa do Estado, acrescida atualização monetária, juros e multa de 30%.

Questão 24

De acordo com a Lei nº 12.193/2023, que trata das custas judiciais e serviços públicos de natureza forense, assinale a afirmativa correta.

- A) A competência para conhecer a reclamação contra servidor da Secretaria do Tribunal de Justiça é do Corregedor- Geral da Justiça do Tribunal.
- B) Registrada a reclamação como Pedido de Providências, será determinada a notificação do reclamado para, no prazo de quinze dias, apresentar sua defesa e as provas que julgar necessárias.
- C) Das decisões das reclamações e do processo administrativo disciplinar e da imposição de penas caberá recurso ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).
- D) Registrada a reclamação contra cobrança de custas processuais indevidas ou excessivas, a decisão judicial será proferida no mesmo prazo de defesa. Não sendo decidido neste prazo, a parte poderá reclamar diretamente ao corregedor geral da Justiça.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 25

De acordo com a Lei nº 9.109/2009, que trata da regulamentação das custas judiciais e emolumentos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para o cálculo de emolumentos por atos praticados por notários e registradores que envolvam documentos cujo valor esteja expresso em produto agropecuário, converter-se-á o total do produto para moeda corrente nacional, obedecendo-se a cotação de mercado do dia da prática do ato.
- II. São isentos do pagamento de emolumentos os registros de títulos de domínio de imóveis rurais em processo de desapropriação para fins de reforma agrária.
- III. Para o cálculo de emolumentos por atos praticados por notários e registradores que envolvam documentos cujo valor esteja expresso em moeda estrangeira, converter-se-á o total em moeda corrente nacional, obedecendo o câmbio de compra do dia do pagamento.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 26

Na forma regrada pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021), e tendo em vista as alterações promovidas pela Resolução-GP nº 08, de 02 de fevereiro de 2023, é correto afirmar sobre o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, EXCETO:

- A) Tem competência originária para processar e julgar o vice-governador, nas infrações penais comuns.
- B) Será composto pelos dez desembargadores mais antigos no Tribunal e por dez desembargadores eleitos dentre os demais, observando-se que o presidente do Tribunal, o primeiro vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça serão membros natos do Órgão Especial.
- C) Tem como atribuição propor ao Poder Legislativo alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, bem como aumento ou diminuição do número de desembargadores e criação, alteração e extinção de comarcas, varas, juizados especiais, serventias extrajudiciais e cargos de juizes de direito e serventuários extrajudiciais.
- D) Reunir-se-á com, no mínimo, dez desembargadores, além do seu presidente, quando não exigido quórum qualificado para deliberação. Quando exigido quórum qualificado para deliberação, o Órgão Especial não se reunirá sem a presença de quinze desembargadores, incluídos os suplentes e excluído o presidente, verificando-se o quórum no início do julgamento e impedindo-se aos desembargadores presentes deixar o julgamento, salvo motivo de força maior.

Questão 27

Tendo em foco os Juizados Especiais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ficam incluídas na competência das Turmas Recursais Cíveis e Criminais as demandas processadas e julgadas pelos juizes investidos na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, enquanto estes não forem criados e instalados.
- B) As atividades dos juizes leigos e conciliadores, exercidas voluntariamente por não servidores do Poder Judiciário, serão consideradas serviço público relevante, não importando em vínculo estatutário ou trabalhista com o Poder Judiciário, mas constituindo títulos em concurso para provimento de cargos do Poder Judiciário.
- C) Na execução serão cotadas custas, mas o seu pagamento ocorrerá apenas se reconhecida a litigância de má-fé, se julgados improcedentes os embargos do devedor ou se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso não provido do devedor, sendo que, nesta última hipótese, as custas devem integrar, desde o início, o cálculo do débito em execução.
- D) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo estão compreendidas na competência do Juizado Especial Cível para conciliação, processo e julgamento, sendo consideradas de menor complexidade. No entanto, a opção pelo procedimento da Lei Federal nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, importará renúncia ao crédito que exceder ao limite de quarenta vezes o salário mínimo, inclusive na hipótese de conciliação.

Questão 28

A remuneração dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão é composta pelo vencimento básico, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em lei. O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ). Sobre a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e a Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), é correto afirmar que:

- A) A Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) é composta de 30% sobre o vencimento do cargo efetivo.
- B) É vedada a concessão da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) sem a prévia fixação de metas e a individualização do limite de servidores que a ela terão direito.
- C) A opção pela Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) implicará obrigatoriedade ao regime de trabalho telepresencial de sete horas diárias e à execução de atividades diferenciadas de suas funções.
- D) A Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) compõe-se de valor fixado por resolução do Tribunal de Justiça sobre percentual do vencimento base do cargo efetivo, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 29

Joyce logrou êxito na aprovação para o cargo efetivo de Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Considerando a nomeação, o compromisso, a posse e o exercício da servidora, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ela tomará posse em seu cargo dentro de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação no Diário da Justiça, podendo esse prazo ser prorrogado, por mais trinta dias, pelo presidente do Tribunal.
- II. A servidora nomeada para o Tribunal de Justiça prestará compromisso e tomará posse perante o presidente do Tribunal de Justiça.
- III. Joyce, servidora efetiva, terá quinze dias improrrogáveis para o início do exercício, contados da publicação do ato de nomeação.
- IV. Não respeitados os prazos preconizados, a servidora será exonerada se após nomeada não tomar posse.
- V. Todos os direitos e deveres da servidora do Poder Judiciário só serão considerados a partir da data do exercício.

Considerando o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I e V, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e V, apenas.

Questão 30

O regime disciplinar dos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão engloba deveres, proibições, acumulação, responsabilidades e penalidades que funcionam como requisitos para o bom desempenho dos encargos e regula o funcionamento dos serviços públicos. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão (Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1996), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os servidores do Poder Judiciário residirão, obrigatoriamente, nos municípios de suas lotações, salvo autorização do Tribunal de Justiça.
- B) Os servidores do Poder Judiciário estão sujeitos às seguintes penas disciplinares: advertência, repreensão, suspensão e demissão.
- C) Os servidores nomeados em comissão ou em exercício de função gratificada que sofrerem pena de suspensão superior a trinta dias serão demitidos de seu cargo ou destituídos de sua função.
- D) É vedado aos servidores do Poder Judiciário o exercício de suas funções em atos que envolvam interesses próprios ou de seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até quarto grau, inclusive nos casos de suspeição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

O que ocorre quando um cálculo aritmético resulta em um valor que excede a capacidade máxima representável pelo sistema de numeração utilizado?

- A) *Overflow*.
- B) *Underflow*.
- C) Estouro de memória.
- D) Inconsistência de precisão.

Questão 32

Em uma Árvore Binária de Busca (BST) balanceada, qual das seguintes operações geralmente exibe uma complexidade de tempo média de $O(\log n)$, considerando a estrutura balanceada da árvore?

- A) Inserção de um novo nó e remoção de um nó.
- B) Remoção de um nó e busca por um elemento.
- C) Inserção de um novo nó e busca por um elemento.
- D) inserção de um novo nó, remoção de um nó e busca por um elemento.

Questão 33

Qual das seguintes afirmativas sobre o algoritmo de ordenação *MergeSort* é verdadeira?

- A) *MergeSort* tem uma complexidade de tempo média pior do que a do *QuickSort*.
- B) *MergeSort* é um algoritmo de ordenação estável, preservando a ordem relativa de elementos iguais.
- C) *MergeSort* sempre divide o *array* em partes de tamanhos iguais, independentemente da estrutura dos dados.
- D) *MergeSort* é um algoritmo *in-place*, ou seja, não requer espaço adicional proporcional ao número de elementos a serem ordenados.

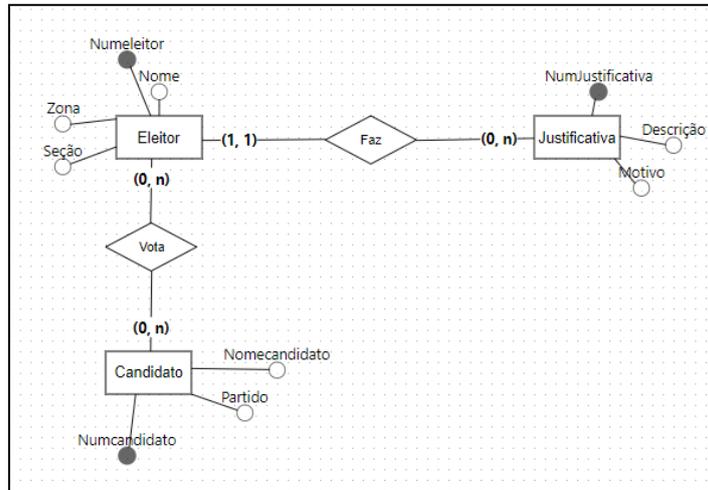
Questão 34

Quando se trata de interação com um banco de dados usando a classe *SqlCommand* em C#, é essencial entender as distinções entre os métodos *ExecuteNonQuery()* e *ExecuteReader()*. Assinale a afirmativa que descreve corretamente essas diferenças.

- A) *ExecuteNonQuery()* é utilizado apenas para consultas de seleção de dados; *ExecuteReader()* é usado para consultas de modificação de dados.
- B) *ExecuteNonQuery()* retorna os dados da consulta em um objeto *SqlDataReader*; *ExecuteReader()* executa comandos que não retornam dados, como inserção, exclusão e atualização.
- C) *ExecuteNonQuery()* é usado para consultas que retornam um único valor agregado, como uma soma ou contagem; *ExecuteReader()* é usado para consultas que retornam vários registros de dados.
- D) *ExecuteNonQuery()* é utilizado para executar comandos que não retornam dados, como inserção, exclusão e atualização; *ExecuteReader()* é usado para consultas de seleção de dados que retornam um objeto *SqlDataReader* com os resultados.

Questão 35

Analise o seguinte diagrama entidade-relacionamento e analise as afirmativas a seguir:



- I. A transposição do diagrama entidade-relacionamento para o modelo relacional irá gerar 4 tabelas no banco de dados.
- II. A cardinalidade mínima “0” na cardinalidade (0,n) significa opcional.
- III. O eleitor obrigatoriamente deve estar vinculado a uma justificativa.
- IV. Na transposição do diagrama entidade-relacionamento para o modelo relacional, o atributo identificador NumJustificativa da tabela Justificativa irá virar uma *foreign key* na tabela Eleitor.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

Questão 36

No contexto de um sistema de controle acadêmico, considere a seguinte tabela:

Matricula (CodAluno, CodTurma, CodDisciplina, NomeDisciplina, NomeAluno, CodLocalNascAluno, NomeLocalNascAluno)

As colunas possuem o seguinte significado:

- CodAluno - código do aluno matriculado.
- CodTurma - código da turma na qual o aluno está matriculado.
- CodDisciplina - código que identifica a disciplina da turma.
- NomeDisciplina - nome de uma disciplina da turma.
- NomeAluno - nome do aluno matriculado.
- CodLocalNascAluno - código da localidade em que nasceu o aluno.
- NomeLocalNascAluno - nome da localidade em que nasceu o aluno.

Em que forma normal encontra-se essa tabela?

- A) Não normalizada.
- B) 1ª forma normal.
- C) 2ª forma normal.
- D) 3ª forma normal.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 37

Observe as seguintes tabelas feitas no *Mysql Workbench 8.0*:

Tabela Cargo

	codCargo	nomeCargo	valorCargo
▶	C1	Caixa	800.00
	C2	Vendedor	1200.00
	C3	Gerente	2400.00

Tabela Funcionário

	matricula	nomeFuncionario	codCargo
▶	100	João	C1
	110	Maria	C2
	120	Carlos	C1
	130	Tadeu	NULL

O administrador do banco de dados fez uma lista de todos os cargos e seus respectivos funcionários, incluindo os cargos sem funcionários. Qual comando ele utilizou para gerar a tabela a seguir?

	nomefuncionario	nomeCargo
▶	João	Caixa
	Carlos	Caixa
	Maria	Vendedor
	NULL	Gerente

- A) SELECT f.nomeFuncionario, c.nomeCargo from funcionario as f join cargo as c ON (c.codCargo = f.codCargo);
- B) SELECT f.nomeFuncionario, c.nomeCargo from funcionario as f left join cargo as c ON (c.codCargo = f.codCargo);
- C) SELECT f.nomeFuncionario, c.nomeCargo from funcionario as f cross join cargo as c ON (c.codCargo = f.codCargo);
- D) SELECT f.nomeFuncionario, c.nomeCargo from funcionario as f right outer join cargo as c ON (c.codCargo = f.codCargo);

Questão 38

Qualquer banco de dados utilizado por mais de um usuário terá que administrar o controle de concorrência entre as informações que estão sendo acessadas pelos usuários. O controle de concorrência refere-se ao processo pelo qual o sistema de banco de dados regula e coordena as transações de diferentes usuários que tentam acessar os mesmos dados simultaneamente. É correto afirmar que a serializabilidade em transações de banco de dados garante:

- A) Uma transação executada em uma única etapa atômica, sem possibilidade de interrupção.
- B) As transações executadas em paralelo, aumentando, assim, a velocidade de processamento.
- C) As transações executadas em um ambiente distribuído, aumentando, assim, a escalabilidade do sistema.
- D) O resultado de uma execução concorrente de várias transações equivalente ao resultado de uma execução em série dessas transações.

Questão 39

Associe adequadamente os itens referentes a bancos de dados às suas respectivas características.

1. Data Warehouse.
2. Data Mining.
3. OLAP.
4. ETL.

- () Abordagem para integrar, limpar e transformar dados para uso em análises e relatórios.
- () Técnica de armazenamento de dados em formato multidimensional para análise rápida e flexível.
- () Processo de extração, transformação e carga de dados de várias fontes para um local centralizado para análise.
- () Método de explorar grandes conjuntos de dados para descobrir padrões e tendências.

A sequência está correta em

- A) 3, 4, 2, 1.
- B) 1, 3, 4, 2.
- C) 4, 3, 1, 2.
- D) 2, 4, 3, 1.

Questão 40

Sobre *triggers*, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

(Considere a *trigger* inserida no SGBD MySQL 8.)

- () Um *trigger* é um objeto associado a uma tabela, que é utilizado para responder a um evento específico como *insert*, *update*, *replace* ou *delete* disparado.
- () Não há como utilizar *triggers* em tabelas temporárias (*temporary table*).
- () Para chamar uma *trigger* armazenada no banco de dados, deve-se inserir o comando *CALL* mais o nome da *trigger*.
- () Os *triggers* podem ser disparados para responder antes ou depois de um evento.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, F, V.
- C) F, V, V, F.
- D) V, F, F, V.

Questão 41

O setor de tecnologia da informação do Tribunal de Justiça do Maranhão planeja implementar uma solução de alta disponibilidade para seu sistema de banco de dados *PostgreSQL*, visando minimizar o tempo de inatividade e garantir, assim, a integridade dos dados. Nesse contexto, é fundamental que seus administradores de banco de dados compreendam as opções de replicação disponíveis no *PostgreSQL* e saibam como configurá-las adequadamente. Os modos de replicação suportados nativamente pelo *PostgreSQL* a partir da versão 9.0 são:

- A) Ativa e passiva.
- B) Mestre e escravo.
- C) Primária e secundária.
- D) Assíncrona e síncrona.

Questão 42

O *PostgreSQL* oferece um sistema de permissões que inclui a capacidade de definir funções e atribuir privilégios específicos. O gerenciamento dessas permissões é crucial para a segurança do banco de dados. Considere que será concedido a um determinado usuário chamado *relatorio_user* o privilégio de apenas selecionar dados da tabela vendas. O comando *SQL* que realiza essa tarefa corretamente é:

- A) *AUTHORIZE relatorio_user SELECT ON vendas.*
- B) *GRANT SELECT ON TABLE vendas TO relatorio_user.*
- C) *ALTER USER relatorio_user WITH SELECT ON vendas.*
- D) *SET PERMISSIONS FOR relatorio_user AS SELECT ON vendas.*

Questão 43

Considere que o Tribunal de Justiça do Maranhão se depara regularmente com dificuldades para lidar com picos de tráfego em seu *site* durante períodos sazonais. Sua equipe de tecnologia da informação considera adotar uma arquitetura distribuída de microsserviços para melhorar a escalabilidade e a disponibilidade de sua plataforma. Trata-se de característica comum associada à implantação de uma arquitetura distribuída de microsserviços:

- A) Dificuldade na comunicação entre os microsserviços devido à baixa latência.
- B) Dependência de um único ponto de falha devido à descentralização dos serviços.
- C) Coordenação de transações distribuídas e consistência de dados entre os microsserviços.
- D) Necessidade de *hardware* de alta capacidade para suportar a escalabilidade vertical dos microsserviços.

Questão 44

Uma instituição pública do Poder Legislativo está considerando a migração de uma arquitetura monolítica para uma arquitetura distribuída de microsserviços para atualizar sua infraestrutura de tecnologia da informação. Essa mudança é contemplada para melhor atender às demandas por serviços *on-line* e possibilitar ajustes de escalabilidade e flexibilidade nos sistemas. Qual alternativa a seguir descreve corretamente um benefício da arquitetura de microsserviços em comparação com a arquitetura monolítica?

- A) Maior acoplamento entre os componentes, facilitando a manutenção do sistema.
- B) Redução da sobrecarga de comunicação entre os serviços devido à comunicação síncrona.
- C) Melhor utilização de recursos de *hardware* devido à dependência de um único servidor de aplicação.
- D) Isolamento de falhas, permitindo que problemas em um microsserviço não afetem o funcionamento dos outros.

Questão 45

Durante o desenvolvimento de um sistema de gestão processual para o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, percebe-se que é crucial garantir a integridade e a consistência dos dados relacionados aos processos judiciais, suas partes envolvidas e movimentações. Optou-se por utilizar *JPA 2.0* para persistir objetos Java, visando facilitar a interação com o banco de dados relacional. Considerando o uso de *JPA 2.0* em seu sistema de gestão processual, assinale a afirmativa correta.

- A) Exige o uso de configuração programática para todas as entidades.
- B) Não suporta o mapeamento de relacionamentos muitos-para-muitos.
- C) Oferece suporte para transações *ACID* (Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade).
- D) Utiliza configuração baseada em arquivos XML como abordagem padrão mapeamento objeto-relacional.

Questão 46

Em uma instituição pública que precisa manter e gerenciar dados de diferentes departamentos, necessita-se implementar a persistência de objetos *Java* utilizando *JPA 2.0*. A tarefa inclui a criação de entidades e relacionamentos complexos para refletir o modelo de dados da instituição. Durante o desenvolvimento é necessário garantir que as anotações *JPA* estejam corretas para evitar problemas de performance e integridade dos dados. Considerando o cenário no qual é necessário definir um relacionamento de um-para-muitos entre a entidade departamento e a entidade funcionário, qual das opções a seguir configura corretamente a entidade Departamento para esse relacionamento em *JPA 2.0*?

A)

```
@Entity
public class Departamento {
    @Id
    private Long id;

    @OneToMany(mappedBy = "departamento")
    private List<Funcionario> funcionarios;
}
```

B)

```
@Entity
public class Departamento {
    @Id
    private Long id;

    @OneToMany
    private List<Funcionario> funcionarios;
}
```

C)

```
@Entity
public class Departamento {
    @Id
    private Long id;

    @ManyToOne(mappedBy = "funcionarios")
    private List<Funcionario> funcionarios;
}
```

D)

```
@Entity
public class Departamento {
    @Id
    private Long id;

    @OneToMany(cascade = CascadeType.ALL)
    private List<Funcionario> funcionarios;
}
```

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 47

Um administrador de bancos de dados de uma determinada instituição pública decidiu adotar o *JPA 2.0 (Java Persistence API)* nas aplicações dessa organização. Dessa forma, é crucial entender os conceitos fundamentais do *JPA 2.0* e suas práticas recomendadas para garantir uma implementação eficiente e livre de erros. Diante do exposto, é correto afirmar que o *JPA 2.0*:

- A) Introduziu o conceito de Criteria API, permitindo a criação de consultas de forma programática e tipada.
- B) Não oferece suporte para a otimização de consultas, exigindo o uso de SQL nativo para operações mais complexas.
- C) Não suporta mapeamento de herança entre entidades, limitando a modelagem de domínio em sistemas complexos.
- D) Não oferece mecanismos para controle transacional, deixando essa responsabilidade exclusivamente para o desenvolvedor.

Questão 48

Determinado servidor público possui acesso não autorizado a dados confidenciais. O ente público no qual o servidor é lotado quer evitar que isso aconteça com outros servidores. Qual das seguintes opções é uma maneira de prevenir o acesso não autorizado a dados confidenciais?

- A) Criptografar todos os dados em trânsito.
- B) Realizar verificações regulares de vulnerabilidade.
- C) Implementar um sistema de detecção de intrusão.
- D) Implementar controles de acesso baseados em função (RBAC).

Questão 49

Sobre estabelecimento e manutenção de um *SGSI* conforme a norma *ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013*, a organização deverá, EXCETO:

- A) Considerar as questões internas e externas.
- B) Assegurar que os recursos necessários para o sistema de gestão da segurança da informação estão disponíveis.
- C) Estabelecer, implementar, manter e, continuamente, melhorar um sistema de gestão da segurança da informação.
- D) Definir o escopo do sistema de gestão da segurança da informação com base apenas em suas necessidades internas.

Questão 50

Sobre tratamento de riscos de segurança da informação constante em *ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013*, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A declaração de aplicabilidade deve conter os controles necessários e a justificativa para inclusões.
- B) Todos os riscos devem ser completamente eliminados após a implementação de controles adequados.
- C) As organizações devem definir e aplicar um processo de tratamento dos riscos de segurança da informação.
- D) As organizações podem projetar os controles conforme requerido ou identificá-los de qualquer outra fonte.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **NENHUM MEIO**.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (uma) questão discursiva sobre o tema específico da área respectiva do cargo. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será penalizado o candidato ou candidata que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem 13.7.1 do Edital, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência e exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,5 ponto, até o limite de 9 pontos. 2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. 3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Imagine que você foi contratado pela empresa fictícia *TechMA* para ajudar a desenvolver e administrar um novo sistema de banco de dados. A *TechMA* é uma *startup* de tecnologia que oferece serviços de análise de dados para empresas de médio porte. Atualmente, eles enfrentam desafios relacionados à integridade dos dados, consultas complexas e a necessidade de um banco de dados bem estruturado e seguro. A equipe de desenvolvimento da *TechMA* começou o projeto criando um modelo conceitual e semântico dos dados que precisariam armazenar. Eles utilizaram diagramas de entidade-relacionamento (ER) para visualizar as entidades, atributos e relacionamentos necessários. No entanto, à medida que o projeto avançava, perceberam que o banco de dados apresentava problemas de redundância e anomalias de atualização; então, decidiram normalizar as tabelas. Além disso, a equipe precisou aprender a utilizar SQL para inserir, alterar, consultar e remover dados do banco de dados. Durante esse processo, encontraram dificuldades em criar consultas eficientes e entender o uso de subconsultas. Eles também tiveram que implementar medidas de controle de dados e garantir que todas as transações fossem executadas de maneira consistente e segura.

Considerando o contexto do estudo de caso da *TechMA*, comente, claramente, os aspectos a seguir relacionados:

- Explique porque a modelagem conceitual desempenha um papel fundamental na organização eficiente dos dados na *TechMA*.
- Descreva o papel dos diagramas entidade-relacionamento (ER) no projeto do banco de dados da *TechMA*, incluindo um exemplo que envolva entidades, atributos e relacionamentos.
- Aborde, também, a normalização como solução para problemas de redundância e anomalias de atualização, explicando as formas normais e suas funções específicas.
- Discuta quais comandos de controle de dados (DCL) são essenciais para garantir a segurança dos dados, fornecendo exemplos claros de sua aplicação.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha; 1 (uma) dissertação para todas as especialidades do cargo de Técnico Judiciário; e, 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, para todas as especialidades do cargo Analista Judiciário e para o cargo de Oficial de Justiça.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- Para interposição de recursos o candidato ou candidata deverá acessar o sítio eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no subitem 16.2, e inserir as informações solicitadas.